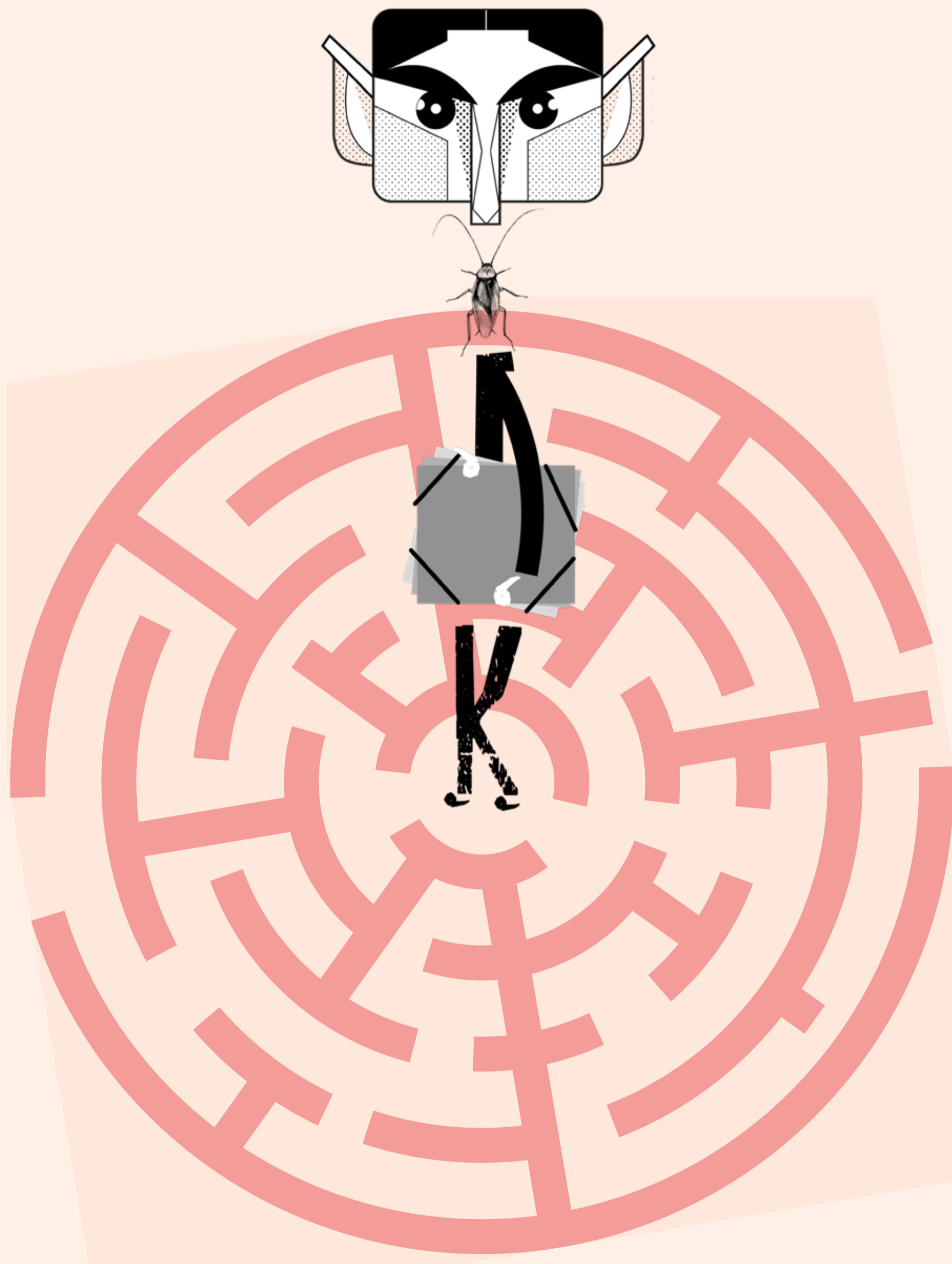




## 15 DIAS DE AGONIA

Depois do “calote” de duas semanas que prejudicou milhares de pessoas, governo volta a liberar os recursos das universidades

Páginas 3 e 4



## PROGRESSÃO KAFKIANA

Em “O Processo”, Josef K. é preso e sofre incompreensível ação judicial sem ter feito mal algum. Quase cem anos depois da publicação do livro do escritor checo Franz Kafka, os professores da UFRJ são submetidos a processos quase tão absurdos para progredir na carreira. É preciso provar, com uma pilha de documentos, que o docente é quem diz ser e que trabalhou o que já está no currículo Lattes, disponível para qualquer pessoa. A AdUFRJ quer mudar este enredo surreal.

# EDITORIAL

## CAR@ COLEGA

### DIRETORIA

**C**omeçamos pelas boas novas. Empenhada em minimizar o pesadelo kafkaniano que cada docente enfrenta ao pedir a progressão funcional, a diretoria da AdUFRJ tem duas notícias alvissareiras. A primeira é prática. Vamos contratar uma assessoria que irá auxiliar os professores nos processos de promoção. A ideia é ajudar na coleta de documentos, na formatação do relatório de atividades e na tramitação no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da universidade. O serviço será gratuito para todos os sindicalizados.

Ainda na novela das promoções funcionais, o novo capítulo é complicado, mas estamos esperançosos. Queremos reverter os prejuízos impostos aos professores pela resolução do Conselho Universitário que limita os efeitos financeiros e acadêmicos de cada avanço na carreira. Na manhã do dia 9, pouco antes da derrota do Brasil na Copa, participamos de reunião com integrantes da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). O departamento jurídico da AdUFRJ estava presente e enfatizou a ilegalidade das mudanças feitas pelo Consuni.

No encontro, solicitamos à CPPD uma interpretação menos restritiva da legislação vigente. Um ponto de partida seria o mapeamento de processos iniciados antes das resoluções de 2020. Avaliamos que foi uma reunião produtiva e que conseguimos sensibilizar os colegas da CPPD. Após o encontro, apresentamos à Comissão e à reitora um recurso para revogar as medidas do Consuni.

As boas novas ficam por aqui. A semana foi infernal em todos os campi e unidades da UFRJ. Os bloqueios orçamentários ganharam contornos dramáticos. Trabalhadores terceirizados da limpeza, da segurança e do bandeirão estão sem receber salários

e sem perspectiva de ganhar o 13º, obrigação mínima e legal de todo patrão. Somos solidários a eles e reconhecemos a crueldade de sacrificar o elo mais frágil da comunidade acadêmica às vésperas do Natal.

No decorrer da semana, no entanto, o que era um drama virou dois. Em solidariedade aos terceirizados, o Diretório Central dos Estudantes bloqueou os acessos aos bandejões. Resultado, o IFCS, por exemplo, teve que cancelar as aulas e retomar o remoto. No Fundão, o bloqueio, de um lado, deixou os alunos mais vulneráveis da universidade sem comida. Do outro, reteve mais de 1.500 refeições já preparadas.

O complexo cenário mobilizou todas as entidades representativas da universidade, e após intensa negociação com mediação da AdUFRJ, a reitoria assumiu a tarefa de distribuir as refeições para os moradores do alojamento.

A diretoria da AdUFRJ ressalta que respeita a autonomia e a independência dos movimentos, e repudia qualquer espécie de tutela de uma categoria sobre outra. Entendemos que os trabalhadores têm o direito de cruzar os braços quando não recebem salários, mas discordamos que os alunos assumam a mobilização dos terceirizados, bloqueiem o bandeirão, desperdicem comida e deixem os colegas com fome.

Isso sem falar de nossa perplexidade quando, na manhã de quinta-feira, recebemos o pedido de ajuda do DCE para comprar quentinhas para os estudantes. Como assim? Eles bloqueiam o acesso dos colegas e os professores viram cúmplices do desperdício e custeiam financeiramente a redução de danos políticos do movimento estudantil? Não nos parece razoável.

Mas, como o destino, por vezes, é inimigo da insensatez, amanhecemos a sexta-feira com o impasse razoavelmente resolvido e a notícia de que o desastroso governo Bolsonaro começara a devolver o dinheiro das universidades. Que assim seja, com bom senso, solidariedade, luta e respeito.

Boa leitura !

# ASSEMBLEIA

SEGUNDA  
19/12  
09H30

ASSEMBLEIA  
VIRTUAL  
PARTICIPE  
PELO ZOOM



**PAUTA ÚNICA:**  
PAUTA ÚNICA:  
DELEGAÇÃO DO  
41º CONGRESSO  
DO ANDES  
6 A 10/02  
RIO BRANCO (AC).

**AdUFRJ**

## CAPITÓLIO DO ANAUÊ

As cenas violentas promovidas por bolsonaristas em Brasília, no dia da diplomação do presidente Lula, precisam de respostas contundentes. Os golpistas atacaram a sede da Polícia Federal, queimaram carros, ônibus e deixaram o rastro de destruição que desejavam para a democracia. Não conseguiram. Não conseguirão.



### CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

#### RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB  
PET



MAPLE  
BEAR  
TIJUCA



MIT  
CUIDADORES



ACADEMIA  
TIJUCA FIT



MADONA  
CLINIC

Psicare PSICARE



FISIOTERAPIA  
RJ LTDA



CRECHE  
AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA  
RECRIAR



CESTA  
CAMPONESA DE  
ALIMENTOS  
SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA  
ORGÂNICOS



JC LUZ  
CORRETORA



FLORA ENERGIA  
SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO  
DE ATIVIDADES  
CULTURAIS

MACAÉ



ESCOLA  
ALFA



CLÍNICA  
ESTAÇÃO  
CORPORAL



HUMANA  
CLÍNICA  
MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS  
ACADEMIA



CORPUS CENTRO  
DE QUALIDADE  
DE VIDA

RIO DE JANEIRO E MACAÉ



INSPIRE  
ENERGIA SOLAR



KALUNGA  
PAPELARIA



DROGARIA  
RAIÁ

# Os 15 dias que abalaram a maior universidade do país

> Após “calote” de duas semanas, governo finalmente repassou R\$ 16 milhões para a UFRJ. Alunos ficaram sem bolsas e bandejões e os extraquadros e terceirizados, sem salários e benefícios

KELVIN MELO e SILVANA SÁ  
comunica@adufrrj.org.br

**A**pós 15 dias de sufoco financeiro, a UFRJ começou a respirar nesta sexta-feira. O governo repassou todos os recursos que estavam bloqueados: R\$ 16 milhões de despesas empenhadas de meses anteriores. A pró-reitoria de Finanças iniciou os pagamentos, que devem cair na conta das empresas, funcionários extraquadros dos hospitais e estudantes que ficaram sem as bolsas a partir da próxima segunda (19). Mas, até os burocratas do Ministério da Economia se movimentarem, a comunidade acadêmica experimentou duas semanas de agonia.

“Foi um período que trouxe muitos danos, em alguns casos irreversíveis, com atividades sendo afetadas em todas esferas, instabilidades de todas ordens, fornecedores se inviabilizando”, afirmou o pró-reitor de Finanças, professor Eduardo Raupp. “Teremos agora um alívio, mas certamente foi um erro grave do governo federal, com muitas repercussões na gestão e para as pessoas, sobretudo para estudantes e trabalhadores terceirizados e extraquadros”.

Com terceirizados há mais de dez dias sem receber salários e benefícios, a crise estourou no bandejão. Em solidariedade aos profissionais do sistema de alimentação, estudantes bloquearam os acessos às unidades do restaurante universitário. A reitoria decidiu manter apenas o restaurante central em funcionamento. No final da manhã do dia 15, no entanto, um novo piquete impediu que mais de 1,5 mil pessoas se alimentassem.

Com o risco iminente de desperdício das 1.500 refeições e prejuízo maior para os alunos mais vulneráveis da universidade, a AdUFRJ se reuniu com outras entidades que compõem o Formas – Fórum de Mobiliza-



**SEM SALÁRIO NO MÊS DO NATAL:** terceirizados realizaram protesto em frente ao hospital



**BLOQUEIO:** estudantes fecharam acesso ao bandejão central

ção e Ação Solidária da UFRJ, composto também pelo Sintufrj, DCE, APG e Attufrj – e com integrantes da administração

central em busca de uma solução. Depois de três horas de debate, a saída encontrada foi a distribuição das quentinhas aos

estudantes moradores do alojamento pela própria reitoria.

Outro encaminhamento da reunião foi que o RU Central será mantido em funcionamento mínimo, exclusivamente para atender os estudantes mais vulneráveis. A listagem de quem terá direito à alimentação será disponibilizada pela pró-reitoria de Assistência Estudantil. O acordo é uma tentativa de reduzir o impacto sobre os trabalhadores que estão sem salários e não prejudicar os estudantes em maior vulnerabilidade.

A crise nos restaurantes não foi o único desdobramento da falta de recursos. Nas áreas de limpeza e segurança, parte dos

terceirizados também ficou sem salários e benefícios.

Já a empresa responsável pelo transporte interno e intercâmpi, que iria deixar o serviço esta semana, vai continuar operando até o fim do ano, com redução da frota. Houve aumento do intervalo de viagens dos ônibus que circulam na Cidade Universitária.

“A empresa já assinou termo aditivo”, informou o pró-reitor de Governança, André Esteves, em reunião do Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), na terça (13). A maior preocupação passa a ser com a substituição, a partir de janeiro. “A licitação ocorrerá no dia 20. Teremos 11 dias para substituir do contrato emergencialmente”, completou.

Nas unidades de saúde da UFRJ, 884 funcionários extraquadros – sem vínculo efetivo, os profissionais complementam a mão de obra hospitalar – ficaram sem receber. Destes, 592 trabalham no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. O repasse aos funcionários deveria ter ocorrido até o dia 10.

Segundo nota divulgada pela assessoria de imprensa do HU-CFF, “os prestadores de serviço têm feito revezamento para não comprometer a nossa assistência”. “Pedir paciência para esta situação delicada é inadequado. Mas temos pedido que haja tolerância quanto à situação, uma vez que os maiores prejudicados são nossos pacientes”, diz Marcos Freire, diretor geral do hospital.

## E AGORA?

O repasse dos recursos não quer dizer que a UFRJ vai terminar o ano com tranquilidade. Longe disso. “Voltamos à situação de antes do bloqueio. Aguardando a suplementação para pagamento dos extraquadros referente a dezembro e carregando nosso déficit para 2023, fruto do orçamento insuficiente e, sobretudo, do corte de 7,2% realizado no meio do ano”, explicou Raupp.

(colaborou Estela Magalhães)

## SINDICATOS FORAM AO MPF CONTRA OS CORTES

AdUFRJ e Sintufrj ingressaram com uma representação junto ao Ministério Público Federal para desbloquear o orçamento da universidade, no dia 8. No documento, as assessorias jurídicas dos dois sindicatos afirmaram que a medida do governo violava a autonomia universitária. “uma

vez que inexistem condições do exercício dessa prerrogativa quando dissociadas das necessidades financeiras de custeio, conforme assegura a Constituição da República”.

“Estamos muito preocupados com a questão dos cortes. Não só pela questão organizacional

da universidade, mas principalmente pelo drama humano. São centenas de pessoas sem pagamento às vésperas do Natal. Isso é uma crueldade extrema”, disse o presidente da AdUFRJ, professor João Torres. “Estamos fazendo o que for possível para resolver essa situação”.

No dia 15, AdUFRJ e Sintufrj, além da Associação de Pós-graduandos e a associação de terceirizados da universidade (ATTUFRJ), reuniram-se com o procurador Alexandre Chaves, que recebeu a representação na véspera. “Como primeira providência, o que eu fiz foi oficial

tanto Ministério da Educação quanto a própria UFRJ para se pronunciarem em até 72 horas sobre os cortes e apresentem documentos, no caso da universidade, formalizando estes cortes; e, no caso do ministério, apontando alguma medida em andamento”, informou Chaves.

# Cortes de Bolsonaro na UFRJ afetam mais pobres

> Jornal da AdUFRJ ouviu estudantes, terceirizados e extraquadros sem bolsas e salários. Situação dramática inspirou entidades representativas a criar campanha de solidariedade para o Natal

JÚLIA FERNANDES  
comunica@adufjr.org.br

O simbólico mês de dezembro, sinônimo de férias e de celebração, se transformou em pesadelo para muitos. Os cortes do governo Bolsonaro deixaram terceirizados, extraquadros dos hospitais universitários e estudantes à míngua. Muitos relataram à reportagem da AdUFRJ momentos de desespero. É o caso de Claudia La-

cerda, aluna do curso de Letras, que mora sozinha com o filho João Miguel, de 5 anos, e não consegue comprar os remédios da criança, que sofre com uma cardiopatia. “Eu chorei bastante, fiquei desesperada”, conta.

A solidariedade de familiares, colegas e professores é a última fagulha de esperança. Muitos receberam ajuda para pagar o aluguel, as contas da casa, e ter o que comer. “É um absurdo! São mães e pais de família que dependem desse salário. Tem

gente chorando por causa da cobrança do aluguel, da fatura dos cartões”, relata o terceirizado Everaldo Gomes Leal. Maria Eduarda Lopes, estudante de Farmácia, foi uma das que conseguiu se tranquilizar por conta de uma ajuda financeira. No caso, foi o professor de Maria, coordenador do laboratório em que ela trabalha, que aliviou a angústia. “Ele foi um pai pra mim. Foi a minha última esperança”, detalha a aluna.

Enquanto os pagamentos

continuam incertos, o trabalho segue, como dá. “Muitos extraquadros não conseguem mais vir ao trabalho porque não têm dinheiro nem para pagar as passagens. O que sinto é angústia e descaso”, diz uma funcionária extraquadro do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, que prefere se manter no anonimato. Para muitos estudantes, além do prejuízo financeiro, o abalo emocional tem impedido que tarefas sejam cumpridas. “Quando não se tem dinheiro,

não se tem cabeça para nada. Além de eu não conseguir fazer os trabalhos da faculdade, estou atrasando a entrega da monografia”, lamenta Jhuly Anne Valério, aluna de História.

A corda bamba emocional provocada pelos constantes cortes de verbas é ilustrada em depoimentos dos mais afetados pela tragédia Bolsonaro. Estudantes e trabalhadores da universidade relatam os dramas enfrentados. Veja abaixo.

(Colaborou Igor Vieira)



**JHULY ANNE VALÉRIO**  
ESTUDANTE DE HISTÓRIA

Sou bolsista de Iniciação Científica há quatro anos e dependo desse dinheiro desde o início da graduação. Eu não recebo desde outubro. Paguei meu aluguel com juros altíssimos, e ainda não tenho dinheiro para a conta de luz. Tenho problemas físicos e psicológicos, e eles se agravaram com essas incertezas. Quando não se tem dinheiro, não se tem cabeça para nada. E eu não posso reprovar, senão perco o direito à bolsa. Não consigo mais suportar essa situação. Minha família não tem dinheiro, mas meus pais me ajudam como podem. É muito ruim viver nessa instabilidade. Esses cortes são muito graves, e é preciso expor o que está acontecendo, porque quem tem fome tem pressa.



**GABRIELLY SABÓIA**  
ESTUDANTE DE HISTÓRIA

Com o atraso do pagamento da bolsa de Assistência, tive que pagar três contas com juros. Ainda não recebi a bolsa da monitoria. Até o ano passado, eu conseguia fazer “freelas” de comunicação, mas hoje toda a minha renda vem das bolsas. Uso

esse dinheiro para pagar minhas contas, comprar remédios e ajudar minha família. Não tenho como ficar sem esse dinheiro. Me inscrevi na campanha UFRJ Sem Fome, porque, ganhando uma cesta básica, consigo pelo menos me virar.



**FABIANA MARTINS**  
ESTUDANTE DE HISTÓRIA

Eu recebo três bolsas: Permanência, Alimentação e Transporte. Ao todo, são cerca de R\$ 800. Eu dependo desse valor para me locomover até a faculdade, pagar as contas e ajudar minha família. Não posso ter um trabalho de carteira assinada porque recebo essas bolsas. Não só eu, como também as pessoas que moram comigo, dependem desse dinheiro. O sucateamento das universidades, hoje, é um plano do governo. Espero que a pauta da Educação volte a ter importância no ano que vem.

**S.**  
EXTRAQUADRO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

“Trabalho aqui há 27 anos. Ninguém dá uma satisfação, uma resposta, uma previsão sobre quando vamos receber. Nem contracheque temos. Eu me

sinto privilegiada pois sou pensionista, consigo tirar dinheiro do meu bolso para pagar as passagens. E quem não tem isso? Muitos extraquadros não conseguem mais vir ao trabalho porque não têm dinheiro nem para pagar as passagens. Eu amo meu emprego, amo trabalhar com papel, com administração, amo trabalhar no hospital, mas o que sinto é angústia e descaso. Eu não posso sair daqui, estou com 53 anos, não consigo emprego em nenhum outro lugar.”



**MARIA EDUARDA LOPES**  
ESTUDANTE DE FARMÁCIA

Eu trabalho no Laboratório de Bioquímica e Sinalização Celular (LBSC). Recebo bolsa PIBIC, e fui muito prejudicada. A minha sorte é que o meu chefe me emprestou um dinheiro. Ele me ajudou muito. Mas, ainda assim, eu fico prejudicada, porque eu não sei se no mês que vem eu vou receber. Foi algo que me abalou muito. Eu precisava ajudar meu pai e minha mãe, pagar as contas da casa. Não tenho a opção de trabalhar em outro lugar, porque a faculdade é integral. O dinheiro que o professor me emprestou foi a minha última

esperança.

**EVERALDO GOMES LEAL**

TERCEIRIZADO DA LIMPEZA DO CCS

Nós, que trabalhamos na limpeza, estamos sem receber. É um absurdo! São mães e pais de família que dependem desse salário. Tem pessoas chorando por causa da cobrança do aluguel, da fatura dos cartões. É fim de ano agora, e imagina, você quer presentear o seu filho, mas não tem dinheiro nem para comprar um frango. Se você trabalha, você merece seu salário. Até o adicional de insalubridade, do pessoal do banheiro, que era de 40%, eles baixaram para 20%. Estamos sendo tratados como lixo, ninguém dá importância. Estamos falando de vidas, somos seres humanos.

**L.**  
TERCEIRIZADA DO BANDEJÃO

Nós não sabemos o que fazer, quando vamos receber. Estamos sem o salário e o vale-transporte, que devia ter caído no quinto dia útil. A primeira parcela do 13º salário deveria ter caído no dia 20 de novembro, e a data da segunda parcela é dia 20 de dezembro, mas sinceramente, não acho que vamos receber. Eu moro sozinha, meu aluguel venceu dia 10, e o dono do apartamento não acredita que eu não recebi nada. A empresa não repassa para gente porque o governo bloqueou, e nossos chefes não dão uma satisfação. Se continuar assim, vai ser uma calamidade.

## CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE

■ Diante do cenário dramático de cortes, a comunidade universitária se uniu. As entidades que compõem o Fórum de Mobilização e Ação Solidária (FORMAS) da UFRJ – AdUFRJ, Sintufrj, DCE Mário Prata, APG e Attufrj – estão fazendo uma campanha de solidariedade para ajudar aqueles

mais afetados pelos cortes nas bolsas e salários. A ação, chamada UFRJ Sem Fome, está juntando doações financeiras e convocando voluntários para a compra e distribuição de cestas básicas.

“O governo Bolsonaro é tão vil que ele mira nos salários mais baixos da universidade e do sis-

tema público em geral”, diz o professor João Torres, presidente da AdUFRJ.

Nesse mês simbólico, se solidarizar é mais do que uma opção, é uma urgência. Para Waldinéia Nascimento, dirigente da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (Attufrj),

essas ações precisam ser mais frequentes. “A empatia é algo que fortalece o espírito e dignifica a alma. Que essa conscientização se torne hábito”.

Para participar da campanha, é necessário preencher o formulário: <https://bit.ly/UFRJsemfome>. Quem puder ajudar financeira-

mente, deve depositar a quantia doada para a seguinte conta:

Banco :Nubank  
Ag: 0001  
Cc: 877685360  
Nome: Catarina  
Medina Lovisoló  
CPF: 149.144.717-60

# Transição no MEC: quem terá mais força em 2023?

> Disputa entre movimentos tornam políticas para a pasta incertas para os cem primeiros dias de governo. Há divergências sobre a educação básica e convergências em relação ao ensino superior

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

O grupo de trabalho da Educação do governo de transição começou a atuar com 14 integrantes e terminou com 60. Se, por um lado, a diversidade é necessária e bem-vinda na construção de um governo de frente ampla, por outro lado tornam mais difíceis os diagnósticos e sugestões para o novo governo.

Em disputa estão duas visões: uma, dos movimentos sociais que atuam na educação pública; outra, de setores ligados ao empresariado da área.

A primeira divergência está no apoio ao nome que deverá ocupar o Ministério da Educação. Um grupo indica a governadora do Ceará, Izolda Cela, para a pasta. Ligada à Fundação Lemann, ela é o nome defendido pelos setores de educação privada que integraram o GT.

Já toda a bancada do PT e movimentos sociais de educação indicam o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG). O parlamentar se reuniu na semana passada com reitores das universidades federais na sede da Andifes.

Entre esses dois movimentos, está o próprio presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva que convidou, nesta semana, o ex-governador do Ceará Camilo Santana, que é senador eleito pelo PT. Na visão do presidente, Izolda Cela seria indicada como secretária nacional de Educação Básica do MEC. Camilo Santana ainda não teria respondido a Lula.

O professor Heleno Araújo, presidente da Confederação

Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) foi um dos integrantes do GT. Ele critica a costura de nomes que não estariam, em sua visão, comprometidos com as políticas de educação pública. “Mesmo sem consenso no GT, achamos importante manter a indicação do deputado Reginaldo Lopes no relatório final da pasta para que, pelo menos, haja o debate”, afirma. “Recebemos o compromisso de que todas as propostas, ainda que sem consenso, estariam no relatório entregue no dia 11, mas não tivemos acesso à versão final”, afirma.

Outras divergências seriam sobre quais leis revogar no campo da educação. “O setor empresarial é contra qualquer tipo de revogação, inclusive da Emenda Constitucional 95 (teto de gastos), que considero a chave da penúria das instituições de ensino. Foi a EC 95 que tirou o dinheiro da educação”.

O GT de Educação também teve divergências de avaliação sobre a lei do novo ensino médio. Um grupo considera que deva ser revogada, outro defende que precisa ser mantida com aperfeiçoamentos. “Foi muito desgastante todo esse processo. O presidente Lula precisa saber que há diferenças nas concepções de educação”.

Já para a deputada Professora Rosa Neide (PT-MT), também integrante do GT, a pluralidade de opiniões foi o ponto mais importante na composição do relatório da educação. “O GT fez uma escuta muito boa. Foram ouvidas mais de 50 instituições”, avalia. “Agora estamos na expectativa da escolha do ministro”.

## CONSENSO SOBRE ENSINO SUPERIOR

Para o reitor Ricardo Marcelo Fonseca, presidente da Andifes e também integrante do GT de Educação, houve consensos



COTADOS para o MEC, da esquerda para a direita: Camilo Santana, Reginaldo Lopes e Izolda Cela

“Recebemos o compromisso de que todas as propostas, ainda que sem consenso, estariam no relatório entregue no dia 11, mas não tivemos acesso à versão final”

HELENO ARAÚJO  
Integrante do GT de educação e presidente da CNTE

importantes em relação ao ensino superior. “O trabalho da comissão foi muito aberto e participativo. Quanto ao ensino superior, de modo geral, houve bastante convergência”, avalia. “O primeiro ponto central é a recomposição orçamentária emergencial”, diz o reitor da Federal do Paraná.

Outro ponto defendido pelo grupo é a recomposição das verbas do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). “Não houve reajustes nos últimos anos. Manutenção do orçamento, na prática, significa diminuição de recursos. Isso impacta na evasão e na baixa procura do Enem, na nossa avaliação”, considera o dirigente. “As pessoas não podem ter que escolher entre estudar e trabalhar para comer”.

Ricardo Fonseca também destaca como pontos prioritários para a educação superior uma operação de emergência para resgate das instituições de ensino, recomposição de cargos e funções nas universidades

federais e reajuste das bolsas de mestrado e doutorado. “Ainda não dá para saber quanta força teremos para solucionar todas essas questões, até porque o ministro ainda não está escolhido, mas todos esses pontos foram consensuados no GT. Tenho muita esperança que serão encaminhados pelo novo governo”.

A reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho, complementa que o governo Lula também precisará se debruçar sobre a lei de escolha dos dirigentes das universidades federais. “É importante que a lista tríplice seja revista o quanto antes. As universidades são instituições de Estado, que não ameaçam governos. O que vimos foi o governo ameaçar as universidades justamente com a lista tríplice”, observa. “A ideia é que apenas o nome escolhido pela comunidade acadêmica seja encaminhado ao MEC para nomeação. Estou confiante que teremos um ministro que respitará as instituições”.

## PRESSÃO POR QUADROS POLÍTICOS GERA PREOCUPAÇÃO

Um perfil ideal para compor ministérios em qualquer governo, segundo fontes ouvidas pela AdUFRJ, deve unir o capital político ao conhecimento da área que irá comandar. No entanto, as disputas internas no novo governo preocupam fontes próximas à transição. As escolhas, por exemplo, de Aloizio Mercadante para a presidência do BNDES, e de Camilo Santana, para o MEC, até agora o mais co-

tado para a pasta, expõem a preferência por quadros políticos para as áreas mais sensíveis.

Em que pese o fato de Mercadante ser economista de formação, os erros cometidos no governo de Dilma Rousseff, em que o petista assumiu as pastas de Ciência e Tecnologia, Educação e Casa Civil, alimentam as críticas até mesmo de aliados.

Já Camilo é ex-governador do

Ceará e senador eleito pelo PT, e era aliado do ex-presidenciável Ciro Gomes. Esse ano, no entanto, ele rompeu com o pedetista para apoiar Lula. O Ceará foi um dos estados que deu ampla vantagem ao presidente eleito sobre Jair Bolsonaro.

No entanto, o político não tem militância na área de educação e não representa os movimentos organizados, que apoiavam o de-

putado federal Reginaldo Lopes (veja acima).

As disputas em torno do MEC podem definir, ainda, o futuro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Há uma ala que defende a transformação do MEC em dois: um ministério seria destinado ao ensino superior – unificado com o MCTI –, com Camilo, e outro, à educação básica, com a atual governadora do Ceará, professora

Izolda Cela. A proposta, na prática, esvaziaria o atual MCTI e poderia reconfigurar a organização do sistema de pesquisa brasileiro.

Fontes ouvidas, no entanto, acreditam que essa proposta não deve prosperar. Ao menos não neste momento. A perspectiva mais plausível é que Camilo assumo o MEC e Izolda seja nomeada para a secretaria-executiva da pasta.

# Em nome da progressão

> AdUFRJ realiza reunião com representantes da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) para recuperar os direitos dos professores nos processos de progressão ou promoção

KELVIN MELO

kelvin@adufrrj.org.br

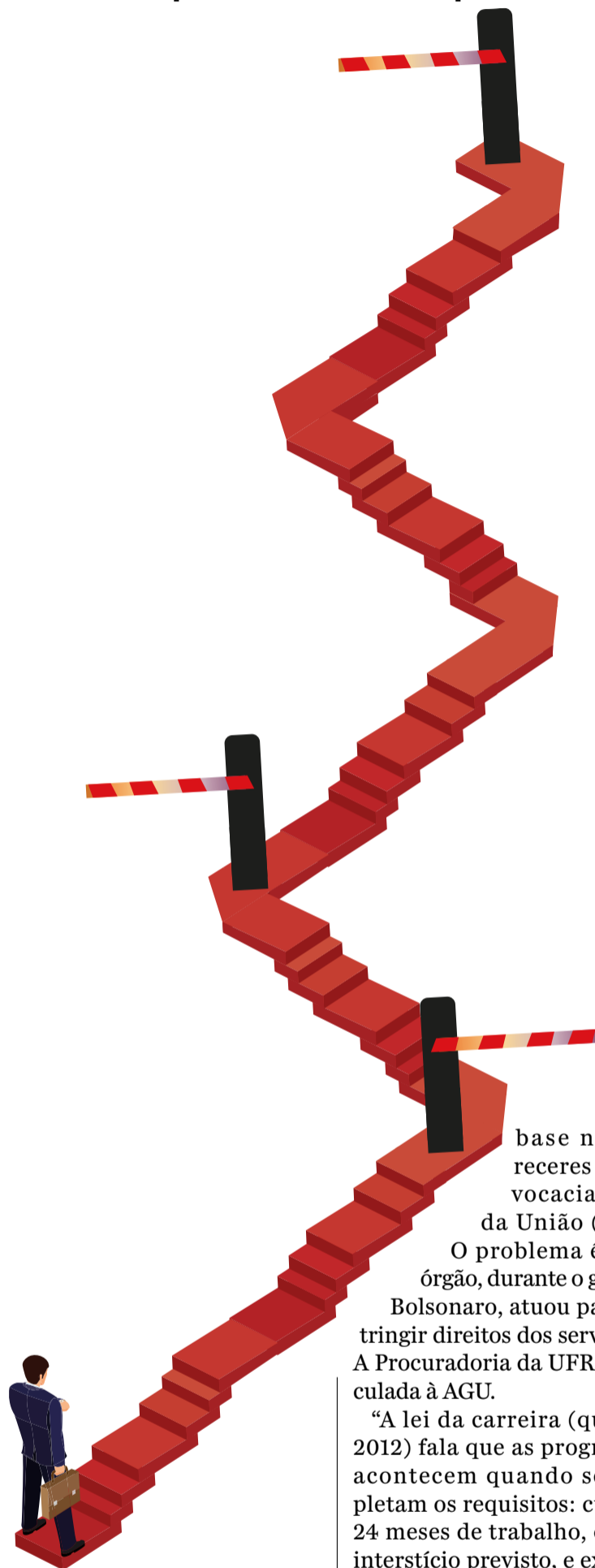
**A**dUFRJ abriu uma nova frente de negociação para reverter os prejuízos impostos aos professores nos processos de progressão ou promoção. Na manhã do dia 9, diretoria e assessoria jurídica reuniram-se com integrantes da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), que assessoria a reitoria. Durante o encontro, a CPPD mostrou-se receptiva aos argumentos de revogação das mudanças em resoluções do Conselho Universitário que limitaram os efeitos acadêmicos e financeiros de cada avanço na carreira.

A reunião ocorreu três semanas depois de o sindicato apresentar recursos ao Consuni (veja quadro) para revisão das normas que prejudicam os professores. A gota d'água para a mobilização da AdUFRJ foi uma mudança, aprovada no colegiado no fim de novembro, que limitou os efeitos financeiros das progressões à data de avaliação do pedido do professor — desde que não tenha ocorrido antes do fim do interstício sob análise. Neste caso, esta será a data da retroação dos efeitos.

Presidente da AdUFRJ, o professor João Torres avaliou de forma positiva o encontro com a CPPD. “A reunião foi bastante produtiva, para além das minhas expectativas. Qualquer avanço será fundamental para o bem-estar da universidade. Seria muito importante darmos qualquer passo na direção de ampliar os direitos dos docentes”, afirmou o dirigente.

Ainda no início da reunião, João havia manifestado à comissão a discordância com o tratamento dispensado aos docentes. “Temos uma interpretação da lei, enquanto sindicato, distinta da CPPD. Estamos pensando em entrar com uma ação coletiva em defesa dos direitos dos docentes, mas achamos que seria melhor conversarmos antes. Se pudermos resolver algo no âmbito administrativo, seria melhor que judicializar essas questões”, disse.

Que são muitas, de acordo com o relato da assessoria jurídica do sindicato. “Nas últimas duas semanas, fizemos 40 atendimentos jurídicos com os professores. Pelo menos 40% se referem a casos envolvendo progressões ou promoções”, informou a advogada Ana Luísa Palmisciano. “As resoluções do Consuni têm causado grande sofrimento entre os docentes. Acompanho alguns que estão



saindo em licença-médica por ter progressão negada ou por processos que ficaram paralisados”, completou.

## HISTÓRICO

A assessoria explicou que as mudanças prejudiciais aos docentes nas resoluções (aprovadas em 2020 e em novembro deste ano) foram feitas com

base nos pareceres da Advocacia-Geral da União (AGU).

O problema é que o órgão, durante o governo Bolsonaro, atuou para restringir direitos dos servidores. A Procuradoria da UFRJ é vinculada à AGU.

“A lei da carreira (que é de 2012) fala que as progressões acontecem quando se completam os requisitos: cumprir 24 meses de trabalho, que é o interstício previsto, e executar as tarefas condizentes para atingir a pontuação durante este tempo. Neste momento, você adquire o direito de progredir”, explicou outro advogado da AdUFRJ, Bruno Moreno. “Quando é reconhecido esse direito? Com a avaliação. Ela tem caráter declaratório. Absolutamente nada mudou na lei para que a procuradoria mudasse a



**Nas últimas duas semanas, fizemos 40 atendimentos jurídicos com os professores. Pelo menos 40% se referem a casos envolvendo progressões ou promoções**

ANA LUÍSA PALMISCIANO

Advogada da AdUFRJ

interpretação. E nada mudou na interpretação do Judiciário”, criticou, fazendo referência a sentenças favoráveis conquistadas por docentes na Justiça.

Uma pequena alteração até reforçou o direito dos docentes. “Em outubro de 2016, foi introduzido o artigo 13A na lei 12.772. Ele fala expressamente que os efeitos financeiros serão produzidos a partir de quando são cumpridos os requisitos para obtenção da progressão ou promoção”, completou Bruno.

Como o agendamento da banca avaliadora não depende da vontade do professor, condicionar os efeitos à data da avaliação também representa uma violação dos dispositivos do Código Civil. A legislação estabelece que não se pode deixar um negócio jurídico ao arbítrio de apenas uma das partes.

Outro ponto crítico é a discussão das chamadas progressões múltiplas, quando o professor acumula mais de um interstício de trabalho, vetadas desde 2020 na UFRJ. A procuradoria da universidade trata os casos como “progressão por salto”, que não existe na carreira docente. “O que é progressão por salto? Significa eu trabalhar 24 meses e requerer a progressão de dois níveis”, explicou Bruno.

O advogado ressaltou que as regras da UFRJ não se repetem em todas as instituições. “Nós prestamos assessoria também para o sindicato de servidores

do Pedro II, que é carreira EBTT. Lá é cumprida a lei direitinho. Não tem problema nenhum”.

## ENCAMINHAMENTOS

A AdUFRJ solicitou à CPPD uma interpretação menos restritiva da legislação vigente. Um ponto de partida seria o mapeamento de processos iniciados antes das resoluções de 2020. “Os professores fizeram os pedidos antes e acabaram recebendo o tratamento sob as novas normas. Seria possível abrir caminhos para resolver estes casos de transição?”, questionou Ana Luísa. Também foi solicitada mais rapidez nos casos em que os pedidos são encaminhados para análise da procuradoria, além da desburocratização de todo o processo.

O presidente da CPPD, professor Celso Ramalho, explicou que a implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) tem ajudado na tramitação de processos. “A média me parece que não passa dos 15 dias. Temos um sistema de relatoria que é semanal. Posso dizer, seguramente, que a CPPD não tem causado nenhum tipo de atraso”.

Somente os processos que causam dúvidas na comissão são encaminhados para a procuradoria. “São pouquíssimos casos. E sempre procuramos conversar com a procuradoria para que haja celeridade”.

Celso respondeu que a comissão é “totalmente sensível” às demandas apresentadas. “Toda a comissão tem ciência de que estamos lidando com colegas, não estamos lidando com processos. Esses papéis representam a vida das pessoas”, disse.

Apesar disso, ponderou que a comissão tem limites de atuação. “Estamos subordinados à reitoria e a toda estrutura que sustenta a reitoria, inclusive a procuradoria e o Consuni, que é o nosso colegiado máximo. Essas decisões de alterações foram todas homologadas pelo Consuni. Não foi a CPPD”. Celso solicitou o envio da fundamentação jurídica da AdUFRJ. “Será ótimo. Porque poderemos confrontar com uma base legal diferente e tentar chegar a um lugar melhor”.

## ADUFRJ APRESENTOU RECURSOS À REITORIA, AO CONSUNI E À CPPD

Não é de agora que a AdUFRJ busca preservar os direitos dos docentes nos processos de desenvolvimento na carreira. Desde 2019, quando já se anunciava a mudança das regras relativas às progressões múltiplas e aos efeitos financeiros e acadêmicos na resolução 08/2014, a assessoria jurídica formulou

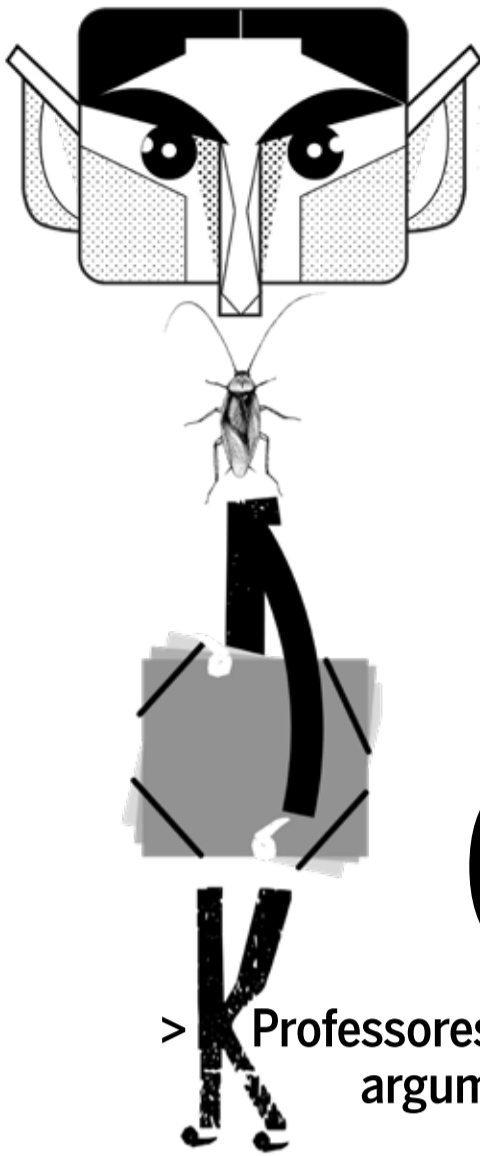
parecer contra a proposta e participou de reuniões com docentes e a reitoria.

A articulação possibilitou uma “janela” administrativa para os docentes realizarem os pedidos com base em interstícios acumulados. O problema é que isso ocorreu já no fim do ano, em período de recesso, e logo depois veio a pandemia. Muitos

docentes não tiveram condição de resolver o problema. Quando os pedidos começaram a ser rejeitados, o sindicato também preparou muitos recursos individuais aos docentes que recorreram ao Consuni.

Em 28 de novembro, o sindicato dirigiu dois recursos à reitoria — que preside o Consuni — para cobrar a revogação das regras

que prejudicam os professores. E, finalmente, em 13 de dezembro, a AdUFRJ encaminhou recurso para a reitoria e para a CPPD reforçando que a comissão acate todos os pedidos feitos antes das modificações na resolução 08/2014. O sindicato também destacou a ilegalidade de todas as alterações realizadas desde então.



# CARREIRA DE OBSTÁCULOS

> **Professores enfrentam rigoroso processo de avaliação para progredir na carreira, mas muitos argumentam que os procedimentos poderiam ser simplificados sem perda da qualidade**

ESTELA MAGALHÃES, JÚLIA FERNANDES e LUCAS ABREU  
comunica@adufrj.org.br

**E**xigências de mais, dificuldade na formação de bancas e um sistema nada intuitivo para o preenchimento de informações. Para a maioria dos professores ouvidos pelo Jornal da AdUFRJ, os processos de progressão ou promoção pecam pelo excesso de burocracia, que dificulta o desenvolvimento na carreira. Mas chama a atenção que algumas unidades adotem procedimentos que poderiam facilitar a vida de todos os docentes da universidade. O sindicato dialoga com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) para diminuir a papelada (leia mais na página 8).

No Instituto de Física, o processo é facilitado pela flexibilidade na apresentação dos documentos. “Muitas das informações que estão no relatório do professor são públicas. É só entrar na internet e ver”, diz o professor Henrique Boschi Filho.

O docente já integrou a comissão de avaliação da unidade e do Instituto de Matemática, onde encontrou outra realidade. “Lá, eles exigem que todos os documentos realmente sejam entregues em cópia. Tudo que é mencionado no relatório precisa ter uma comprovação em anexo. Às vezes, fica um cata-tau de 200 páginas. Aqui no Instituto de Física, somos mais flexíveis, porque a maioria das informações é facilmente rastreável”, compara.

Henrique explica que os critérios para pontuação dos professores seguem regras definidas pelo Conselho Universitário, por cada centro e pela própria unidade. “Pode haver diferenças no processo até num mesmo instituto, dependendo de a progressão ser dentro da mesma categoria ou se é uma mudança de categorias”.

O docente considera a defi-

nição de critérios positiva para evitar a subjetividade da banca. “A pontuação é feita com base em pesquisa, ensino, extensão, administração, participação em conselho. É uma mensagem clara para o professor, para que ele conquiste a progressão ao se envolver com a universidade”, completa.

Já para o professor José Garcia, diretor do Instituto de Ciências Biomédicas, mostrar a documentação é importante para que fraudes sejam evitadas. Porém, o processo poderia ser mais eficiente. Ele acredita que o Lattes seria uma boa ferramenta de apoio. “Muitas informações que estão lá podem ser comprovadas de forma eletrônica. A banca poderia acessar e checar as informações”, diz. Mas há limitações para esta alternativa. “O professor se envolve em muitas tarefas, e algumas acabam não sendo incluídas (no Lattes)”, explica.

O diretor aponta outra solução, mais “caseira”: a possível utilização e ampliação para toda a universidade do Plano Individual do Docente (Planid), que hoje funciona no Centro de Ciências da Saúde (CCS). O Planid é um banco de dados em que, semestralmente, os professores atualizam as informações sobre o que foi feito e produzido durante o período. “O Planid é autenticado pelo diretor da unidade e pelo decano. Assim, ao fazer a progressão, todas as atividades acadêmicas já estariam validadas e prontas para enviar à banca de avaliação”, explica Garcia. O sistema é público. “Qualquer cidadão pode entrar na plataforma e saber o que o professor faz dentro da universidade”, completa.

O diretor do ICB também sugere um sistema de alerta para os docentes sobre o tempo da progressão. “A PR-4 poderia criar um mecanismo de mensagem automática para alertar o professor de que ele está no período de progressão. Assim, ele já começaria a preparar os documentos, e não deixaria

acumular nada, o que é compreensível”, afirma.

## BANCAS DEMORADAS

Na Faculdade de Letras, o problema é a demora para a formação de bancas. “Para essa formação, preciso de pessoas que aceitem participar do processo. Todas as bancas precisam ser aprovadas em cada congregação e publicadas em boletim. Se não é publicado, o processo retorna, é questionado, e começa do zero”, afirma a diretora Sônia Reis.

Os atrasos causam prejuízos, principalmente após a resolução do Consuni de limitar os efeitos financeiros e acadêmicos à data da avaliação. “A gente consegue vencer a burocracia. A maior questão é que o período de interstício (intervalo de 24 meses de trabalho) não é cumprido, o que é um desrespeito para o docente”, conta. “Todas as vezes em que ele não progride, o salário não aumenta”.

A burocracia do processo também não representa dificuldade para a Faculdade Nacional de Direito. Segundo a professora Carolina Pizoeiro, vice-diretora da unidade, as únicas reclamações são sobre o formato de entrega dos documentos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). “Às vezes, a gente precisa anexar todos os documentos em um único formulário em PDF, mas nada que gere grandes problemas”, diz.

A professora defende a coleta de documentação. “Eu acho que é como tem que ser. É importante juntar todos os comprovantes necessários para que as pessoas que não conhecem o trabalho do docente se sintam confortáveis para colocar o CPF delas no relatório de aprovação do estágio probatório ou na progressão”, explica.

O diretor da FND, professor Carlos Bolonha, concorda. Para ele, os problemas mais comuns surgem por conta da ficha de dados do SEI. “Mas, com o tempo, todos já conseguem suprir as exigências. A maior dificuldade

é a anexação de ficha de dados funcionais e o correto preenchimento do requerimento de abertura do processo”, conclui.

## PODE MELHORAR

A professora Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ, afirma que a burocracia no processo poderia diminuir, de maneira uniforme, para toda a universidade. “Existem modelos de pedido de progressão diferentes dentro da UFRJ. Isso já é um absurdo. Mas em alguns casos, como no meu instituto, há retrabalho na exigência de documentos”, relatou a professora do IFCS. “Temos que pegar o relatório de aulas no SIGA, e levar para a direção homologar para entregar para a banca de progressão, por exemplo. E cada vez que damos entrada em um novo processo, precisamos reapresentar documentos como a portaria de nomeação e a comprovação dos nossos títulos”, explicou.

Mayra também defende o reconhecimento do currículo Lattes como declaração de produção acadêmica do interstício. “O Lattes é um documento oficial. É uma declaração dos professores da sua produção. Não deveríamos ter que comprovar cada congresso ou banca de que participamos, ou os artigos que publicamos. São informações públicas e verificáveis”.

“Primeiramente, supõe-se que o professor mente naquilo que declara no Lattes, exigindo o preenchimento de um relatório com as mesmas informações”, critica. “Em segundo lugar, não há fé pública no relatório preenchido por um docente e assinado por ele. Precisamos juntar inúmeros documentos para provar que o que declaramos é verdadeiro”.

O diretor do IFCS, Fernando Santoro, alega que o instituto apenas cumpre os requisitos da CPPD no processo de progressão. “Fazemos para nos adequar às exigências da comissão”, contou. Segundo ele, desde o ano passado as bancas

de progressão do IFCS têm sido mais rigorosas na exigência dos documentos justamente para evitar que haja atrasos no percurso. “Tudo que é simplificação da burocracia, que não nos seja exigido pela CPPD, que não faz com que os processos retornem, nós apoiamos”, conta.

Santoro é mais um que acredita no Lattes como base comprobatória da atividade acadêmica do professor no interstício. E que essa e outras simplificações da burocracia poderiam fazer bem às atividades-fim da universidade, de ensino, pesquisa e extensão. “A partir do currículo Lattes a própria banca pode verificar a produção do professor. Ele tem referências e é um documento oficial, produzido dentro de um parâmetro do Estado. Claro que é autodeclaração, mas tem as referências para serem conferidas por qualquer um”, defende.

## CPPD RESPONDE

O presidente da CPPD, Celso Ramalho, esclarece que a exigência de documentos não parte da comissão, mas é feita seguindo o que diz a lei e a resolução nº 08/2014 da UFRJ, que trata das progressões. “Cada progressão tem a sua especificidade. Por exemplo, uma promoção para Associado, ou classe D, exige a comprovação do título de doutorado”, explicou Celso.

“A base SEI é o lugar ao qual o docente tem acesso e onde ele vê o passo a passo de quais documentos tem que colocar e quais documentos a unidade tem que colocar. E, caso haja necessidade, a gente pede os documentos faltantes. Nada além disso”. O professor afirma que a CPPD atua para tornar o processo mais simples. “Procuramos desburocratizar ao máximo o processo para que ele possa ser o mais fácil e leve possível”.

# S.O.S.

## PROGRESSÃO

**KELVIN MELO**  
kelvin@adufrj.org.br

**N**o fim de um ano tão turbulento, uma boa notícia para os docentes da UFRJ. Em breve, a AdUFRJ vai oferecer aos sindicalizados um serviço de assessoria para os processos de progressão ou promoção na carreira docente. A ideia é ajudar os colegas na coleta de documentos necessários, na formatação do relatório de atividades e na tramitação no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da universidade.

“O SEI ainda é muito complicado. Principalmente para os professores que têm menos facilidade com computadores. Além disso, temos recebido muitas queixas sobre documentos que precisam ser anexados aos processos”, afirmou o presidente da AdUFRJ, professor João Torres. “Alguns institutos pedem portaria de nomeação ou diploma, em cada avaliação. Outros pedem declaração que já está no Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGA). Nós reclamamos muito da burocracia dos órgãos de controle e das agências de financiamento. E, no nosso dia a

### Sindicato vai oferecer serviço de consultoria para ajudar os docentes nos processos de desenvolvimento na carreira

dia na universidade, exigimos coisas que são absurdas”.

A falta de uma padronização na UFRJ contribui para o problema. “Durante três anos, fui presidente da comissão de avaliação permanente do Instituto de Física. A quantidade de documentos que exigimos comparada com outras unidades é muito menor. A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) poderia sugerir a diminuição dessa quantidade de docu-

mentos”, completou João.

A proposta foi apresentada à CPPD em reunião realizada no dia 9 (leia mais nas páginas 6 e 7). Ex-presidente e ainda integrante da comissão, o professor Fábio Araujo concorda com a simplificação dos procedimentos. O docente argumenta que o excesso de documentação não parte da CPPD. “O que acontece é que cada unidade cria sua regra interna. O docente informou que a comissão, recentemente, enviou um ofício “para as unidades serem práticas”.

O SEI também está em debate na própria comissão. Presidente da CPPD, o professor Celso Ramalho trata do assunto com os administradores do sistema. “Ele tem que nos beneficiar; não nos dificultar. Uma coisa que pensamos é que o SEI poderia emitir um alerta para o docente avisando que o tempo de interstício vai vencer”, exemplificou.

#### UM DIA POR SEMANA

O agendamento do serviço deverá funcionar nos mesmos moldes do plantão jurídico: via whatsapp, pelo contato da AdUFRJ. A princípio, será reservado um dia por semana para o atendimento, que poderá ser presencial ou virtual.

